



Diagnóstico

Cultura é cultivar a relação consigo, com os outros, com a natureza. É o modo de vida da sociedade, da cidade, da região, do bairro da rua. Assim, cultura está no meio ambiente, nas relações sociais, na mobilidade do cidadão, na economia, na política, nos valores e na imaginação.

Pensar hoje a cultura é relacioná-la com o desenvolvimento humano e sustentável para além das artes, dos eventos e dos Departamentos ou Secretarias de Cultura.

Somente uma noção ampliada e transdisciplinar de cultura pode dar conta dos grandes desafios culturais do estado. Uma noção de cultura que leve em conta as dinâmicas socioculturais e a rica diversidade do Estado de São Paulo, o fazer/saber e a decisão sobre os fazeres culturais (conselhos, conferências, planos e sistemas) e uma cultura de paz que crie um sentimento de sociabilidade solidária e o diálogo em todas as regiões.

Neste cenário, a Comissão de Sistematização de Informações, Elaboração e Redação do Plano Estadual de Cultura do Estado de São Paulo debateu e construiu ao longo de oito meses uma compreensão de cultura que se baseia no reconhecimento da diversidade das expressões, dos patrimônios, das linguagens e das manifestações artísticas presentes no estado à luz da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2003).

A metodologia propiciou outra ideia de política cultural firmada na centralidade da cultura, em busca de soluções para a vida das regiões a partir de diálogos interculturais que possam favorecer redes de trocas no intuito de garantir a cidadania cultural e humanizar os territórios.

Entender a cultura como uma fatia da realidade, com pequena influência e orçamento mínimo, é abrir mão da diversidade presente nas culturas do Estado e empobrecer o desenvolvimento humano, a identidade, a qualidade de vida do cidadão. Uma visão fragmentada do Estado pode resultar na construção de um território global sem apropriações e soluções locais e, portanto, sem as cores, os sons, os movimentos, os saberes e os matizes que enriquecem a singularidade da vida humana em São Paulo.

A análise situacional/ diagnóstico do Plano Estadual de Cultura foi feito a partir das três dimensões de cultura – simbólica, cidadã e econômica – definidas pela III Conferência Estadual de Cultura e pela minuta do Sistema Estadual de Cultura.

Segundo o Artigo 12 do Sistema Estadual de Cultura, “A dimensão simbólica da Cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Estado de São Paulo, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade paulista, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.”

A abrangência dimensão cidadã é descrita no artigo 16: “Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só pode ser atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos paulistas.”



Já o artigo 22 trata do âmbito da dimensão econômica: “Cabe ao Estado de São Paulo criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais”.

O diagnóstico foi escrito sem separar as dimensões por causa da transversalidade da cultura. Muitas vezes, o mesmo tópico abrange tanto dimensão simbólica, como a econômica e cidadã.

Abaixo, os principais tópicos levantados na análise situacional feita pela Comissão de Redação:

Organizações Sociais

Verifica-se na Gestão das Políticas Culturais do Estado de São Paulo uma forte presença das Organizações Sociais (OSs) na execução destas políticas. Nota-se, todavia, que há uma ausência de investimentos em políticas de recursos humanos no quadro funcional do Estado, deixando-se que estas funções sejam supridas por estas organizações. Isto tem se notado em todas as discussões que dizem respeito às políticas culturais no Estado de São Paulo, com a justificativa de se dar celeridade às ações burocráticas, administrativas e de gestão do Estado.

Por outro lado, percebe-se que, apesar da importância da condição administrativa destas OSs, há notadamente uma sobreposição das ações e políticas realizadas por este mesmo Estado, dando às organizações a condição de gestora destas políticas. O papel que hoje é dado às OSs deforma sua criação original e contribui para a diminuição do Estado.

Aumento do orçamento

A verba atualmente destinada à cultura no Estado de São Paulo é 0,5% do orçamento total, o equivalente à R\$ 1,060 bilhão. Este valor está aquém das necessidades das políticas culturais. A Comissão propõe 1,5% - que é o mínimo estipulado pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150, que tramita na Câmara dos Deputados - chegando a 3%, a porcentagem indicada pela III Conferência Estadual de Cultura.

ProAC ICMS e ProAC Edital

A Comissão identificou uma desproporção entre os investimentos do ProAC ICMS e ProAC Edital

ProaC ICMS

O ProaC ICMS precisa ratificar a afirmação de que a verba destinada ao financiamento de projetos culturais é verba pública, e não recurso privado das empresas. É necessário disponibilizar seus dados com maior abrangência e detalhamento. A Unidade de Fomento da Produção Cultural (UFDPC) apresentou os números relativos aos projetos aprovados, mas não torna públicas as informações sobre os projetos aprovados e captados, onde estão situadas as empresas que contribuem com os projetos, e onde os projetos beneficiados são executados para que uma avaliação qualitativa do programa possa ser realizada.



ProaC Edital

Diagnosticou-se que a distribuição da verba entre os diversos segmentos da cultura não é equânime. A Comissão também pontuou que 83% das cidades do Estado têm menos de 50 mil habitantes e elas, na maioria, ficam de fora dos editais.

Quanto à formatação dos projetos, os critérios de seleção exigem dos cidadãos o domínio da linguagem técnica e burocrática, prejudicando o acesso de alguns grupos, artistas e fazedores culturais aos recursos destinados à produção cultural.

Quanto ao trabalho das comissões de avaliação, o volume de projetos é grande para um prazo pequeno, os critérios de avaliação tendem a ser muito subjetivos e os recursos são insuficientes para a quantidade de projetos que poderiam ser aprovados.

Banco de Dados

Foi apontada a carência de dados quantitativos e qualitativos dos programas, projetos e ações da Secretaria de Estado da Cultura no Estado de São Paulo como um dos principais obstáculos para a tomada de decisão dos gestores e agentes culturais. A falta de informação se agrava ainda mais fora da capital. Não há um levantamento preciso dos equipamentos, ações e projetos culturais existentes nos 645 municípios do Estado, o que evidencia a falta de comunicação entre Estado e municípios. A falta de indicadores culturais e sua disponibilização dificultam a implementação de políticas públicas nas esferas municipal, regional e Estadual. Os indicadores atuais – no modelo de gestão por OSs – priorizam dados que não avaliam os efeitos cidadãos de suas ações.

Conexão Estado e municípios

Há pouca articulação entre a Secretaria de Estado da Cultura e os municípios, o que dificulta o acesso às políticas estaduais. Existe carência de informação e os gestores municipais têm dificuldade de adesão ao Sistema Nacional de Cultura e de implementação do Sistema Municipal de Cultura. Isso se deve ao fato de boa parte dos municípios do Estado ter deficiências na constituição formal de órgãos municipais de cultura.

A ausência de articulação regional da Secretaria Estadual de Cultura também é um dos fatores de dificuldade. No passado as delegacias de cultura faziam esse papel e passaram a realizar políticas de balcão. Depois foram suprimidas e a política de balcão perseverou, substituindo parte das ações formais que sofrem com a dificuldade de articulação.

A linha tênue que se dá nessas relações consoantes as questões político partidárias não possibilita que a ação de política de Estado tenha êxito.

Descentralização

As pesquisas feitas pela Comissão apontaram a urgência da descentralização dos recursos, gestão e formação. Hoje as políticas culturais estão concentradas na capital paulista. Os programas e ações têm como base os profissionais da capital e não valoriza a cultura da região e a participação da comunidade local nos projetos. Não há descentralização das atividades artístico-culturais e valorização das singularidades de cada território.

Formação



As iniciativas de formação e aprimoramento estão concentradas na capital, o que dificulta e/ou impede o acesso da população do interior a estes bens culturais.

Os projetos direcionados para o interior nem sempre correspondem à realidade, a necessidade e vocação dos municípios, sendo muitas vezes um espelhamento da capital. Os conceitos estruturantes para os projetos do interior são pensados a partir de uma realidade alheia à realidade local, idealizados por formadores externos, sem o aproveitamento dos seus fazedores culturais.

Há uma necessidade urgente de descentralização da formação para capacitar cidadãos, artistas, fazedores de cultura, ressaltando a formação de gestores culturais dos municípios, que em sua maioria têm pouca compreensão e informação sobre as políticas públicas da área.

Interior e Capital

No campo da Cultura, o Estado de São P ajuda a refletir (ou é reflexo da) a desigualdade do país. Há uma disparidade na distribuição dos recursos, majoritariamente concentrados na capital, em detrimento dos demais 645 municípios. Esta realidade está presente tanto nas ditas culturas eruditas quanto nas, igualmente ditas, culturas populares e tradicionais. A cidade de São Paulo é responsável por ser receptora da maioria dos programas, das ações e dos recursos destinados à cultura, relegando às cidades do interior e litoral um papel secundário, de pouca relevância e, não raro, de meras receptoras da produção cultural da capital, o que colabora fortemente para que se torne comum se ouvir a frase "levar cultura para", discurso este que acaba por ser incorporado e reproduzido no interior, neste caso em relação aos bairros periféricos.

Esta narrativa reforça um aspecto de hegemonia cultural, que acaba colaborando na espiral perversa que resulta na disparidade de atenção que o Governo do Estado dá à capital e ao interior, notadamente desigual. O interior do Estado, por sua vez, se mostra um celeiro inesgotável de talentos e de manifestações culturais diversas e plurais, latentes de espontaneidade e tradição, além de comoventes na sua capacidade de sustentar-se, viva e rica em simbolismo e cidadania, porém frágil em sua relação com a dimensão econômica da cultura.

Um outro fator a ser destacado é que a maioria das cidades com menos de 50 mil habitantes não possui equipamentos culturais de apoio e têm dificuldade de acessar os programas da Secretaria de Estado da Cultura. Para piorar o quadro, muitas destas cidades sequer possuem Secretarias e/ou Departamentos para condução das políticas culturais.

Ainda que tímidos e pontuais, e em que pese a existência de políticas sistêmicas de museus e bibliotecas, alguns programas já estão sendo idealizados a partir da lógica da descentralização, procurando dar ao interior os devidos respeito e importância no panorama cultural do estado.

Bibliotecas, livros e leitura

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo (SISEB) tem mapeado cerca de 840 bibliotecas existentes nos municípios paulistas, além de duas bibliotecas estaduais e 24 bibliotecas existentes nos equipamentos culturais da Secretaria de Estado da Cultura. Há cidades que declaram não existir nenhuma biblioteca pública em funcionamento. O mapeamento do SISEB, disponível em www.bibliotecaspaulistas.sp.gov.br, indica a carência de modernização das bibliotecas, tanto no seu conceito quanto nas suas instalações.



Apontou-se a carência de recursos destinados anualmente aos programas de apoio à atualização dos acervos, de capacitação profissional e de modernização das instalações de modo a transformar as bibliotecas em equipamentos vivos, dinâmicos e integrados com suas comunidades. O mapeamento não abrange as bibliotecas comunitárias, de outras instituições, de outras secretarias e salas de leitura existentes nas unidades prisionais.

No campo da cadeia criativa do livro, avalia-se que as formas e o alcance do fomento à produção e a difusão da leitura e da literatura são insuficientes.

Museus

O Sistema Estadual de Museus (SISEM SP) tem mapeado 415 museus distribuídos por 190 municípios paulistas, sendo 18 deles pertencentes à Secretaria de Estado da Cultura e cerca de 280 são museus municipais. Com relação aos recursos destinados pelo Estado à qualificação e fortalecimento deste conjunto de museus, a prioridade são os 18 museus geridos pela própria Secretaria de Estado da Cultura por meio das organizações sociais.

Identifica-se que há necessidade de modernização deste conjunto de museus, tanto do ponto de vista conceitual como do ponto de vista de estruturação.

Existe pouca articulação entre as esferas governamentais relativa à implantação de políticas públicas setoriais na área museal.

Questionou-se a perspectiva museológica que privilegia exposições midiáticas que promovem a espetacularização da produção simbólica em detrimento de sua função social e da dimensão cidadã.

Na área da museologia social, apontou-se a ausência de investimentos e apoio às iniciativas de museologia comunitária e de preservação de memórias das culturas tradicionais e populares.

Patrimônio Material e Imaterial

Exceção no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, a Unidade de Preservação do Patrimônio (UPPH) e Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT) não tem parcerias com organizações sociais e desempenha atividades de licenciamento.

A partir dessas peculiaridades, a UPPH opera sob a dualidade de ser responsável pela análise de projetos de intervenção em bens tombados e seus entornos, com conseqüente fiscalização de eventuais irregularidades e, ao mesmo tempo, pela formulação e execução de políticas públicas de identificação, preservação, valorização e difusão do patrimônio cultural.

Constatou-se que o licenciamento absorve grande parte dos esforços da UPPH, com prejuízo da realização de outras atividades como oficinas, seminários e até mesmo ações de restauração.

Sob o aspecto conceitual, uma compreensão mais ampla do patrimônio se fez presente nas ações de identificação e valoração da UPPH/CONDEPHAAT, que buscou preservar não apenas bens monumentais, mas edificações alusivas a diversos contextos sociais, econômicos e políticos.

No entanto, ainda se verifica maior ênfase no patrimônio material, em detrimento do imaterial. Nenhum bem imaterial foi registrado, atualmente há quatro estudos de registro em andamento.



A equipe da UPPH carece de profissionais especializados para trabalhar as questões específicas do patrimônio imaterial, uma vez que a única carreira prevista nos quadros da Secretaria da Cultura é a de arquiteto.

O diálogo entre a sociedade civil e o governo é insuficiente para o reconhecimento e gestão desses patrimônios, embora a maior parte dos pedidos de tombamento e registro seja de iniciativa popular.

Em que pese a importância da educação patrimonial, a constatação da necessidade de gestões compartilhadas com as comunidades nas quais o patrimônio está inserido e a compreensão de que o município também é responsável pela preservação de bens de interesse cultural, não houve a criação de uma política ou estratégia sistemática para promover atividades com esse escopo, ou seja, tais atividades foram pontuais, sem previsão de continuidade.

Constata-se a ausência de fundos, financiamento e contrapartidas para ações de preservação do patrimônio cultural edificado, especialmente para imóveis particulares.

No que tange ao CONDEPHAAT, cabe problematizar a legislação que rege seu funcionamento, uma vez que a legislação aponta o Conselho como responsável por diversas ações, mas a UPPH é quem de fato pode executá-las, já que somente ela dispõe de servidores e ordena despesas. Também a composição do Conselho não contempla todas as vozes representativas do campo da cultura.

Acesso e Acessibilidade

Quanto à acessibilidade, grande parte dos equipamentos culturais, do ponto de vista físico e arquitetônico, ainda se mostra inapta e nada funcional em relação às pessoas com deficiência. Além disso, há outros públicos para os quais o acesso também é restrito, como negros, indígenas, quilombolas, ciganos, parteiras, pessoas em situações de vulnerabilidade, juventude reconhecida em bandos, moradores de rua, entre outros. São insuficientes os investimentos em formação dos funcionários e gestores dos espaços para recepcionar a diversidade e criar um atendimento inclusivo, bem como ações para incutir o sentimento de pertencimento das pessoas aos espaços culturais.

Ainda no âmbito do acesso, a inexistência e/ou desprezo pelas políticas culturais que trabalhem na questão da garantia dos direitos e ao acesso aos mecanismos de produção cultural e artística, sobretudo das pessoas com deficiência, cujas preocupações se concentram mais na garantia da acessibilidade física, uma ação que reduz o papel destas pessoas na construção da civilidade social.

Muitos produtores culturais também estão excluídos dos mecanismos de fomento de produção, seja por falta de formação técnica ou por não se enquadrar às exigências atuais.

Existe um desequilíbrio na distribuição das estruturas de formação cultural no Estado. A distribuição de Universidades, cursos, escolas, oficinas de formação se concentra prioritariamente nos grandes centros. Também existe um desequilíbrio na distribuição das apresentações culturais no Estado. A circulação não ocorre de maneira equilibrada e o fluxo dos pequenos centros para os grandes é quase inexistente.



Tratando-se da gestão pública, há uma tendência de insensibilidade dos gestores e dos produtores culturais na ampliação das discussões do tema, insistindo-se no foco da acessibilidade arquitetônica, negligenciando-se a acessibilidade comunicacional.

Cultura Viva

O Projeto Lei 483/2013 – Lei Cultura Viva Estadual, de iniciativa da deputada Leci Brandão (PCdoB) – está em processo de adequação à Lei Federal Cultura Viva número 13.018/2014, que foi promulgada em abril de 2015.

No Estado de São Paulo, faltam mecanismos que facilitem e garantam uma ampla participação social no Programa Nacional Cultura Viva, que prevê a constituição e sustentabilidade dos Pontos de Cultura.

Povos Indígenas

O Governo de São Paulo não possui uma política de cultura para os povos indígenas que, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), perfazem o total de 41.981 pessoas vivendo em nosso Estado, sendo 2.767 aldeados e 39.214 residindo de forma comunitária em áreas urbanas, em diversos municípios do Estado.

As ações da Secretaria de Estado da Cultura destinadas aos povos indígenas restringem-se a um edital específico do ProAC e ações pontuais, como as relacionadas à Assessoria de Gêneros e Etnias, que financiam projetos elaborados pelas comunidades. Sendo assim, povos como os guarani mbya, os tupi-guarani, os kaingang, os terena, os krenak, os pankararu, fulni-ô, entre outros, que constituem parte importante da diversidade cultural paulista, não dispõem de uma política que garanta a eles apoio que proporcione a sustentabilidade e manutenção de suas culturas, dos processos tradicionais de transmissão de saberes, do fortalecimento de suas línguas maternas, de suas expressões culturais, do acesso a novas tecnologias, do incentivo à sua produção material e imaterial.

Apesar do Plano Nacional de Cultura conter um Plano Setorial para as Culturas Indígenas, este plano não tem sido referência para direcionar as ações da Secretaria de Estado da Cultura em relação aos povos indígenas que aqui vivem.

Cultura Afro-Brasileira

Os negros, mulheres e homens, segundo os últimos dados do IBGE de 2010, são 50,7% da população brasileira. A esse respeito o Núcleo de Pesquisa “Relações Raciais: Memória, Identidade e Imaginário” da PUC SP que estuda as relações raciais no Brasil desde 1990 escreve:

“Existe um grande número de estudos sobre relações raciais no Brasil que mostram que há uma disputa entre duas grandes correntes, de um lado, uma que identifica harmonia nas relações sociais e, de outro, uma que afirma que há racismo no país. “O racismo, aqui, é definido como uma “[...] crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. (MUNANGA, 2000, p.24).

Grande parte dos estudiosos das relações raciais concorda com essa definição, tais como: Hasenbalg (2005), Paixão (2006) e Guimarães (2004). Para este último,



“racismo, em primeiro lugar, é referido como sendo uma doutrina, quer se queira científica, quer não, que prega a existência de raças humanas com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. [...] Além de doutrina, o racismo é também referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual” (GUIMARÃES, 2004, p.17)”.

Nas consultas aos grupos, artistas e fazedores de cultura foram recorrentes duas solicitações – recursos e espaços de diálogo.

O racismo institucional e todas suas formas de atuação foram apontados como o principal motivo da invisibilidade da arte e da cultura negra no Estado. Em algumas regiões do Estado instaurou-se a falsa ideia de que não existem população e cultura afro-brasileira. Na consulta também foi recorrente a indicação do descaso, do reducionismo e do fortalecimento de estereótipos impostos aos fazedores e grupos em regiões onde se concentram grande número de afro-brasileiros.

Não existe quase nenhuma política pública institucional específica para os segmentos da cultura afro-brasileira. Existem, em algumas cidades, conselhos e comissões oficializadas pelo poder público, que não conseguem, de fato, construir políticas públicas para o segmento afro-brasileiro. Ficam restritas a realizações de eventos pontuais, geralmente em datas comemorativas e/ou em festividades, como o carnaval, onde a arte e a cultura afro-brasileira são tratadas apenas como exóticas e populistas. Em pouquíssimas cidades há editais específicos. O formato para inscrição dos artistas e grupos é muito burocratizado e os recursos são poucos.

As ações da Secretaria de Estado da Cultura para as culturas afro-brasileiras são realizadas pela Assessoria de Cultura para Gêneros e Etnias (ACGE) e pontualmente a Unidade de Fomento e Difusão Cultural (UFDPC) implementa, desde 2012, um edital do ProAC.

O fato é que a maioria das ações é realizada pelos artistas, grupos, coletivos, ONGs e comunidades afro-brasileiras sem nenhum incentivo do poder público, ao contrário, em muitos casos as instituições do governo dificultam a realização das ações, por exemplo, quando criminalizam a circulação de grupos negros em ruas e praças fora dos períodos ditos “oficiais”, impondo-lhes ainda horário para início e término, restringindo limites territoriais ou solicitando cadastros em delegacias de polícia.